

## Os arquitetos e a política habitacional

Os arquitetos brasileiros cumpriram, nos últimos dias do mês de julho passado, mais uma etapa em seu trabalho no sentido de colaborar no estabelecimento de uma política habitacional capaz de responder às necessidades do País nesse setor. O Instituto de Arquitetos do Brasil promoveu uma Mesa Redonda sobre Política Habitacional da qual participaram, como convidados especiais, representantes dos diversos organismos governamentais encarregados de traçarem a política do Governo no campo da habitação e de executá-la.

O diálogo travado, nessa oportunidade, entre representantes do Governo e arquitetos de quase todos os pontos do País, deixou saldo positivo. Discordâncias substanciais foram evidenciadas, sem dúvida, mas, por outro lado, tornaram-se visíveis muitos pontos de consonância, principalmente no que tange aos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos por organismos específicos do Ministério do Planejamento: o Setor de Habitação do EPEA e o Setor de Planejamento Regional e Municipal.

Os arquitetos reafirmaram, mais uma vez, o ponto de vista segundo o qual não parece ser medida das mais aconselháveis, nas atuais condições do País, colocar o fulcro do plano habitacional em um sistema financeiro que visa à obtenção de meios para a construção maciça de moradias, estribado nas razões de que é preciso estimular um dos setores de nossa economia — o da construção civil — para que este possa, além de absorver mão-de-obra desempregada, atenuar os efeitos do combate à inflação.

Em inúmeras oportunidades os arquitetos, através de seu órgão de classe, chamaram a atenção das autoridades governamentais para os inconvenientes de considerar as medidas destinadas a enfrentar o problema da habitação, unicamente como meros programas de construção de casas ou unidades residenciais. É consenso universal, hoje, que os programas de habitação devem estar subordinados e vinculados estreitamente à planificação global de cada país. Assim, ao fazer parte de uma política global que visa o desenvolvimento econômico e social, é possível dar ao plano habitacional maior rentabilidade social, mediante uma seleção de investimentos capaz de implantar condições efetivas à solução do problema, seja na aplicação desses investimentos nos setores de infra-estrutura das zonas urbana e rural, seja nos setores de construção de moradias.

Encarar o problema através de uma óptica dessa natureza, enseja a obtenção de resultados mais reais e mais duradouros, tanto no plano temporal, como no plano da economicidade dos recursos disponíveis a serem aplicados.

Sabemos, se bem que não a partir da clareza facultada pelos levantamentos estatísticos perfeitos — próprios das nações mais desenvolvidas — mas, pelo menos, através os dados fornecidos pela observação simples e constante da realidade, que grande parte de nossos núcleos urbanos apresenta uma estrutura fraca, já por demais sobrecarregada e congestionada. Assim sendo, justifica-se a preocupação, já demonstrada anteriormente, de saber se foram bem pensadas as responsabilidades decorrentes de sobrecarregar ainda mais este contexto urbano, combalido e enfartado, com novas construções, edificadas de maneira maciça, em qualquer dos seus interstícios ainda vagos.

A constatação de tais contradições, não conduz os arquitetos a recomendarem o imobilismo e a paralização dos esforços que vem o Governo desenvolvendo, através seus órgãos destinados à atuação específica neste campo. Pelo contrário, louvam esses esforços, principalmente aqueles citados inicialmente, que se orientam na tentativa da integração em planos globais coerentes. Assim é que os participantes da Mesa Redonda sobre Política Habitacional constataram com satisfação a consonância entre as posições defendidas pelo IAB e várias das conclusões a que chegaram os órgãos governamentais destinados ao estudo do problema habitacional. Entre estes pontos podem ser destacados: a vinculação do problema da moradia à renda familiar; constatação de que a carência de moradias está ligada a fatores estruturais; a necessidade de vincular o planejamento habitacional ao planejamento em todos os seus níveis — territorial, regional e local; a importância de considerar a moradia para aluguel dentro do plano habitacional e o reconhecimento do planejamento físico municipal, integrado na planificação econômica, social e administrativa.

Ante esses resultados os arquitetos aguardam as reais oportunidades de poderem colaborar efetivamente nos programas de habitação e de planejamento territorial do País, contribuindo assim para a afirmação cultural brasileira no campo da arquitetura e do planejamento do espaço físico. □